

Senado e Câmara aprovaram Lei Áurea em apenas 5 dias

Harry Hamilton Johnston



Aprovada em 1871, a Lei do Ventre Livre pretendia encerrar a escravidão de forma lenta e gradual.

Ricardo Westin/Jornal do Senado

A aprovação, contudo, não foi unânime. Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam um lado pouco conhecido da história: houve um grupo de parlamentares — reduzido, porém ruidoso — que se posicionou contra a abolição nos termos da Lei Áurea. Seis senadores e nove deputados votaram pela derrubada do projeto. Defensores dos interesses dos fazendeiros do café, eles profetizaram em tom catastrofista que o fim abrupto do trabalho escravo tornaria a agricultura inviável e, como consequência, levaria a economia nacional à ruína.

Principal líder da bancada escravagista, o senador Barão de Cotegipe (BA) discursou: "Tenho algum conhecimento das circunstâncias da nossa lavoura, especialmente das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e afaço que a crise será medonha. A verdade é que haverá uma perturbação enorme no país durante muitos anos".

O senador Paulino de Souza (RJ), ele próprio um latifundiário do Vale do Paraíba (região entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), bateu na mesma tecla: "O elemento servil é o único trabalho organizado em quase todo o país, inclusive na extensíssima e rica zona das margens do Rio Paraíba, que tem sido nestes últimos 50 anos a oficina da riqueza nacional. Eu, ligado por muitos laços com os outros produtores da região, tenho o dever de colocar-me na resistência, em defesa de tamanhos e tão legítimos interesses, que entendem tanto com a fortuna particular como com a ordem econômica e financeira do Estado"

Em outra frente, Cotegipe classificou o projeto de inconstitucional: "A Constituição, as leis civis, as eleitorais, as de impostos etc., tudo reconhece o escravo como propriedade. Mas, de um traço de pena, legisla-se que não existe mais tal propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção a direitos adquiridos? Daqui a pouco se pedirá a divisão dos latifúndios, a expropriação, seja por preço mínimo ou de graça. Esperem. O primeiro passo é o que custa a dar, depois..."

Pela rejeição do projeto da Lei Áurea, Cotegipe chegou a recorrer a argumentos humanitários: "Agora entro em cheio no

A lei mais famosa da história do Brasil completará 130 anos neste domingo. Em 13 de maio de 1888 (também um domingo), a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, libertando todos os escravos do Império e implodindo o famigerado sistema socioeconômico que vigorava desde o Descobrimento. A Lei Áurea nasceu em tempo recorde. O governo imperial enviou ao Parlamento numa terça-feira o projeto de lei que aboliria a escravidão. Os deputados aprovaram o texto na quinta. Os senadores, no domingo. A lei foi sancionada pela princesa imediatamente, e o Rio, capital do Império, explodiu em festa.

mar da caridade e da filantropia e pergunto qual é a sorte dos libertados, quais os preparativos para que aqueles que abandonarem as fazendas tenham ocupação honesta. Temos um frisante exemplo no Peru. Ali, os escravos foram de uma vez libertados. Uma pequena parte continuou nas fazendas, outra parte morreu pelas estradas e nos hospitais, e outra foi morta a tiro. Quer dizer que estes últimos se tornaram saqueadores, atacavam os viandantes e as fazendas e praticavam toda casta de barbaridade".



Parlamentares se reúnem para votar a lei que acabou com a escravidão no país.

A bancada abolicionista reagiu. O senador Dantas (BA) assegurou que o discurso dos dois colegas contrários à Lei Áurea era exagerado e falso:

"Nos últimos 17 anos [por força da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários], 800 mil escravos desapareceram do Brasil. É justamente neste período que se nota a maior riqueza no país, grande aumento de trabalho e produção e, como consequência, considerável elevação da renda pública. Se foram essas as

Ángelo Agostini, revista Vida Fluminense, 1870



Contradição: vitorioso na Guerra do Paraguai, soldado negro volta livre e se choca com a escravidão.

consequências da diminuição do trabalho escravo em mais da metade, o que se deve esperar é que o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas não produzirá a nossa ruína, antes aumentará a nossa prosperidade, graças ao trabalho livre, ao trabalho nobilitado".

O senador João Alfredo (PE) explicou que, concretizada por meio de lei e conforme o desejo da Coroa e do Parlamento, a abolição seria uma medida prudente e estratégica, pois impediria o Brasil de mergulhar numa guerra civil entre abolicionistas e escravagistas, tal qual a Guerra de Secessão, que arrasara os Estados Unidos duas décadas antes. A preocupação do senador não era exagerada. "Muito infeliz foi o Brasil herdando a escravatura. Porém, mais infeliz será se a sua extinção não for conseguida mediante sábias cautelas e previsões, de modo que não acarrete graves perturbações", disse João Alfredo.

Décadas antes, dom Pedro II havia fechado com a poderosa classe dos latifundiários uma espécie de acordo tácito por meio do qual a escravidão não seria abolida repentinamente. Em vez disso, seria eliminada de forma lenta, gradual e segura, de modo a não provocar nenhum grande abalo nas plantações, responsáveis pela sustentação política e econômica do Império. Foi buscando a abolição gradual que se aprovaram a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Pela primeira, os filhos de escravas passaram a nascer livres. Pela segunda, os escravos passaram a ganhar a liberdade aos 60 anos.

As duas leis bastariam para que a escravidão encolhesse até desaparecer naturalmente por volta de 1930. Considerando a alta taxa de mortalidade dos negros e o crescente número de cartas de alforria, o fim poderia vir antes disso. Esse pacto não escrito entre a Coroa e a elite foi lembrado no Senado, de forma sutil, nas discussões do projeto da Lei Áurea. "Pretende-se dividir os brasileiros em escravocratas e não escravocratas, tornando odiosos aqueles que pugnam pela restrita execução das leis de 1871 e 1885", afirmou o senador Cotegipe. "Isso não é certo. Na prática, a escravidão já está extinta. A questão é apenas de prazo".

Cotegipe, aliás, costumava chamar a lei de 1871, que libertou os recém-nascidos, de Lei Áurea, na tentativa de convencer seus interlocutores de que ela era a norma suprema do abolicionismo — qualquer outra que se propusesse, portanto, seria desnecessária. Às vésperas de 1888, porém, muita coisa mudou e aquele acordo tácito se tornou insustentável. O movimento abolicionista cresceu de forma extraordinária e intensificou a sua propaganda. Jornais e revistas entraram com tudo na campanha. Ante tantos argumentos, a crescente elite urbana, menos dependente dos escravos do que a elite rural, se convenceu de que já passava da hora de acabar com a escravidão.

O Exército, por sua vez, estava farto das incômodas missões de caçar e matar negros fugidos e destruir quilombos. Além disso, havia pressões internacionais. O Reino Unido exigia leis abolicionistas desde a Independência. O papa Leão XIII chegou a criticar publicamente o sistema escravagista do Brasil. Em 1886, o senador Dantas afirmou:

"Sempre que penso que hoje o Brasil é a única nação do mundo cristão com escravos, sinto uma revolta contra esse



Escravos eram a principal força de trabalho nas fazendas de café no Império.